

EM TEMPO:

Periódico Nacional Nº 223 15 de dezembro de 1987 a 15 de fevereiro de 1988 Ano XI Cz\$ 50,00

LULA

GENOÍNO

*O desafio do PT
na reta final
da Constituinte*

BALANÇO

*Uma avaliação crítica
do V Encontro
Nacional do PT*



**Começa a campanha que
vai marcar a história do país**

O PT na reta final do Congresso



**Em entrevista a
EM TEMPO,
José Genoíno prevê
que o período
final do Congresso
Constituinte
será marcado por
grandes choques
e por uma
tensão política
crescente.**

Genoíno, qual o balanço que você faz dos trabalhos do Congresso Constituinte até o momento?

Genoíno — Na minha avaliação, o Congresso Constituinte se instalou com uma composição amplamente conservadora e de direita. Mas esta maioria não conseguiu hegemonizar e dirigir o processo com segurança até o final dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Isso ocorreu por várias razões: a crise política do governo Sarney; a falta da unidade entre o centro e a direita; a existência de um espaço de disputa real dentro do Congresso Constituinte seja através das iniciativas das emendas populares, das audiências populares, das pressões diretas dos vários setores do movimento operário e popular. Tudo isso possibilitou que a esquerda conseguisse disputar algumas questões importantes — através das iniciativas principalmente do PT — e, com a divisão entre o centro e a direita, conquistar a aprovação de algumas propostas. A esquerda acabou se projetando com uma força maior do que a que dispunha na realidade.

Poderíamos até assinalar capítulo por capítulo aquelas que consideramos as principais conquistas. No item dos direitos sociais, a proibição da dispensa imotivada (menos nas empresas de até dez trabalhadores), o direito de greve, inclusive nos setores considerados essenciais como o dos serviços públicos e sistema bancário, o pagamento em dobro da hora extra, a proibição da mão-de-obra de aluguel. No item dos direitos individuais, a caracterização da prática da tortura “como crime inafiançável, imprescritível e insusceptível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executantes e os que, podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitirem”; a abolição de qualquer tipo de censura, sendo apenas permitida a classificação indicativa. No capítulo da ordem social, o pagamento integral dos salários dos aposentados e a proibição de cessão de verbas públicas para entidades particulares. Duas propostas de conteúdo nacionalista passaram na ordem econômica: a preservação no fundamental da lei da reserva da informática e a nacionalização de distribuição dos derivados do petróleo.

No que diz respeito, porém, ao núcleo central, o projeto de Constituição aprovada na Comissão de Sistematização não pode ser nem classificada de avançada ou de democrática. Alguns exemplos: a definição das funções das Forças Armadas permaneceu a mesma da Constituição de 1967; em relação ao poder judiciário, nada mudou de importante; no que diz respeito às relações de propriedade, o que foi aprovado sobre a reforma agrária e sobre a reforma urbana é bastante atrasado; o Conselho de Segurança Nacional foi simplesmente substituído pelo Conselho de Defesa Nacional; os aparatos e as leis repressivas criados no período da ditadura estão intactos, como a Lei de Segurança Nacional e o SNI; a anistia aos militares cassados foi deixada vergonhosamente de lado.

— Mesmo estas conquistas isoladas, porém, estão ameaçadas pela ofensiva desencadeada pelo chamado “Centrão”...

Genoíno — O “Centrão”, poderíamos dizer, é uma articulação diretamente articulada pelo capital apoiada no “oficialismo” da “Nova República”. A reação iniciada com a mudança do regimento é uma demonstração evidente que as classes dominantes não

A crise política do governo, a falta de unidade entre o centro e a direita, a existência de um espaço real de disputa popular abriram brechas para que a esquerda se projetasse para além de sua força real.

aceitam qualquer mudança democrática, seja no campo das liberdades políticas seja no terreno dos direitos sociais. A burguesia brasileira é essencialmente virulenta, conservadora, anti-democrática.

— Qual o grau de unidade conseguido pelos parlamentares mais identificados aos interesses populares até agora?

Genoíno — Foi conseguida uma uni-

dade envolvendo cerca de cem constituintes em torno a 30 temas (emendas coletivas). Os pontos mais importantes para os quais não conseguimos manter a unidade foram os do sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) e organização sindical.

— Qual o balanço que você faz da atuação até agora do PT no Congresso Constituinte? A atuação do partido não teria ficado muito restrita ao plano parlamentar e mesmo aí fragmentada em torno ao esforço de garantir algumas conquistas isoladas?

Genoíno — A principal limitação da atuação do PT no processo constituinte foi a incompreensão do caráter global de disputa de projetos que deveria ter lugar. O projeto avançado de Constituição apresentado inicialmente pelo PT não conseguiu de fato criar uma polarização política, que se tornasse inclusive uma referência de massas para o movimento operário e popular. A atuação do PT não pode se limitar a propor apenas o que é viável, o que é possível de ser aprovado no quadro deste Congresso retrógrado e conserva-



O gesto de José Lourenço, a ira de Roberto Cardoso Alves, a “banana” de Irapuã Costa Júnior: a mensagem do “Centrão” ao povo brasileiro



Constituinte

dor. Tem que ir para o confronto, para a disputa. Ao mesmo tempo ir demarcando um projeto de conteúdo anti-capitalista e democrático radical e lutar com todas as forças para obter o máximo possível de conquistas.

Agora, é preciso entender que esta limitação não foi apenas dos parlamentares do PT. É um problema do partido em seu conjunto. A atuação do próprio movimento foi marcada pelo esforço setorial e corporativo: houve mobilizações muito importantes dos professores, dos sem terra, dos profissionais da área de saúde, por exemplo. Mas elas não foram articuladas a um movimento político de contestação mais geral. E, principalmente, a mobi-

O PT deve se preparar desde já para a hipótese de não assinar o texto final da Constituição, caso as principais conquistas sejam derrubadas.

lização do movimento sindical ficou muito aquém das possibilidades. Teria sido muito importante, por exemplo, a realização de uma paralisação de um dia pela conquista da estabilidade.

— Com o avanço do “Centrão” e a possibilidade de que mesmo as poucas conquistas sejam derrubadas, estas falhas da atuação do PT serão certamente cobradas.

Genoio — Daqui por diante, no plenário da votação final, é provável que seja desencadeada uma dinâmica de centro-direita, no sentido de isolar as posições de esquerda. Na minha opinião, a atuação do PT deve ser crescentemente a de denúncia e deslegitimação de projeto que vai sair do plenário. É provável que a constituição de uma feição de centro-liberal avance para um perfil de centro-direita mais nítido.

Temos de eleger algumas questões centrais — como por exemplo, a da permanência da tutela militar e a das relações de propriedade — para polarizar. Além, é claro, de desenvolver toda a pressão para que as conquistas até agora aprovadas não caiam.

Não penso, por outro lado, que devamos avaliar que com a organização do “Centrão”, a direita tenha já adquirido um controle pleno do processo. O “Centrão” reúne forças muito heterogêneas: há um agrupamento mais ideológico e coerente de direita; há parlamentares que têm a prática muito vinculada a interesses corporativos bem explícitos de setores da burguesia; há, enfim, aqueles que são basicamente fisiológicos. Mesmo no que diz respeito especificamente ao capital, à burguesia, as posições nem sempre são muito coincidentes: algumas diferenças aparecem no que diz respeito ao grau de modernização das relações de trabalho, algumas disputas entre o capital nacional e internacional, ao papel do Estado na economia. Mais ainda, as posições sobre o sistema de governo e a duração do mandato de Sarney não estão unificadas dentro do “Centrão”. O fundamental, no entanto, é que a direita não conseguiu articular um projeto global alternativo e que seja, ao mesmo tempo, defensável perante a sociedade.

O período final de votação na Cons-

tituinte deve ser marcado, portanto, por grandes choques, por uma grande tensão, agravada ainda pela crise do governo e pela situação econômica em deterioração.

— **Diante de uma eventual derrota das principais conquistas até agora obtidas, estaria colocada a discussão sobre se o PT assinaria ou não a Constituição? Qual a sua opinião sobre isso?**

Genoio — Na minha opinião essa é uma possibilidade muito real e temos que nos preparar para ela. Nessa situação colocada por você, o PT teria razões de sobra para não referendar o texto final da Constituição. A posição de não assinar o texto da Constituição deve, inclusive, ser desde já utilizada como forma de pressão no plenário.

A não assinatura do texto da Constituição seria, sem dúvida, uma posição mais radical e de maiores consequências que a posição tomada pelo PT em 1985 de não comparecer ao Colégio Eleitoral. Tal atitude desencadearia certamente uma campanha irada do governo e dos partidos burgueses no sentido de isolar o PT. Ela teria o significado de marcar a postura de denúncia e de repúdio da ordem legal vigente a partir daí. Aprofundaria o compromisso político de oposição do PT.

Por tudo isso, como disse, esta possibilidade tem de ser preparada desde já. O PT tem que iniciar articulações no sentido de que, nesta eventualidade, outras forças políticas também se comprometam com a posição de não assinar a Constituição. E, principalmente, esta posição não pode ser compreendida apenas no seu sentido parlamentar. Devemos iniciar desde já consultas amplas junto aos setores organizados do movimento operário e popular. Ela tem que se desdobrar com o esforço de criação de um movimento político de massas.

O setor da chamada “esquerda do PMDB” está cada vez mais colocado diante do dilema de romper com este partido ou perecer politicamente.

Uma outra proposta interessante que se liga à esta é a da realização de plebiscitos temáticos, isto é, sobre algumas propostas definidas. Esta possibilidade abriria um espaço amplo de luta política e ideológica, ampliando a base de massas para a posição de deslegitimação do processo Constituinte.

Eu acredito, além disso, que esta posição de não assinatura da Constituição pelo PT tem uma base potencial de massas. Um fato interessante a ser constatado é que a vitória do “Centrão” na votação do regimento se fez com uma derrota profunda das principais figuras da transição, como Ulysses, Covas, Marco Maciel. O governo Sarney mais e mais se cola a uma base estreita, retrógrada, de caráter continuista nítido com a ditadura militar. Além disso, é inevitável a divisão do PMDB, o partido que vinha se fortalecendo como o principal pilar da transição burguesa. O setor da chamada “esquerda do PMDB” está cada vez mais colocado diante do dilema de romper com este partido ou perecer politicamente.

Editorial

O início de uma grande jornada

Enquanto o Congresso Constituinte vai se tornando um grande cemitério das ilusões com a “Nova República”, a candidatura de Lula deve marcar o nascimento das esperanças da grande maioria da Nação em uma nova ordem social, livre da opressão política e da barbárie capitalista.

Uma grossa linha preta liga dois acontecimentos aparentemente destituídos de qualquer relação. A primeira cena no plenário do Congresso Constituinte no dia 3 de dezembro: uma virulenta, aguerrida e exultante concentração de parlamentares de direita comemorava, com gestos obscenos dirigidos ao plenário, a derrubada do regimento da fase final do trabalho de elaboração da Constituição. A segunda cena três dias depois em um auditório do Senado: o lançamento da candidatura de Lula à presidência da República diante dos quase quatrocentos delegados que representavam os petistas de todo o país.

A vitória do bloco de deputados mais retrógrados na alteração do regimento inicialmente aprovado marca o início de uma contra-ofensiva da direita no Congresso Constituinte. A mudança do regimento permite que esta ofensiva se desdobre agora sobre cada item até agora conquistado pela esquerda. É muito provável que os dirigentes do PMDB, para fazer frente ao bloco do “Centrão”, promovam acordos que acabem por diluir os poucos avanços conquistados.

A Constituinte, concebida pelas classes dominantes para ser o fecho de outra transição, vai se transformando assim cada vez mais em um cemitério de ilusões. Da mesma forma que o governo Sarney de ponto de estabilidade passou a ser um fator gerador de turbulências, o processo Constituinte nascido para ser um grande fórum de conciliação arrisca-se tornar um fato que impulsiona a luta de classes à radicalização.

Neste contexto, a proposta apresentada por José Genoio na entrevista ao lado, do PT se preparar politicamente desde já para a hipótese nada improvável de que tenha que se recusar a endossar o texto final da Constituição, é decisiva.

Para além do calendário oficial da transição burguesa, esta atitude do PT marcaria a continuidade de sua luta pelos grandes mudanças democráticas e sociais para as quais o Congresso Constituinte fechou as portas. Seria, de fato, o aprofundamento do antagonismo do PT diante da legalidade da “Nova República”. Do questionamento da legitimidade do governo da transição se passaria ao questionamento aberto da legitimidade e de toda a legalidade gestada pela “Nova República”.

Nem é preciso prever as pressões que

seriam desencadeadas sobre o PT ao tomar esta posição. Lembremos o que ocorreu quando do Colégio Eleitoral e multipliquemos as pressões por dez. As classes dominantes procurariam por todos os meios isolar o PT e, no limite, calar a sua voz incômoda e subversiva.

O início de uma grande jornada

A mesma lógica que empurra o PT para a esquerda exige, portanto, que o Partido, as suas lideranças, as suas organizações, o seu programa político se enraizem, ganhem uma dimensão cada vez maior de massas. O potencial de crescimento da influência do partido é enorme nesta conjuntura.

Entre a votação do PT nas últimas eleições e as previsões das pesquisas recentes há uma enorme distância a ser coberta. Entre os muitos mais de dez milhões de grevistas deste ano, marcando em graus diversos o inconformismo com o arrocho salarial da “Nova República” e a presença política do PT há um vazio a ser preenchido.

A candidatura de Lula à presidência é, pois, em primeiro lugar, um instrumento de crescimento, de ampliação, de atualização da presença política do partido em relação à sua base potencial de massas. E não é só isso: pela primeira vez, o PT entra em um processo eleitoral com uma real dinâmica nacional; se já nas eleições de 1986, foi diminuída a distância perigosa entre São Paulo e as outras regiões, cresce a tendência a um crescimento mais harmonizado nacionalmente com a candidatura de Lula. Ela funcionará como uma alavanca onde a acumulação local não foi ainda o suficiente forte para romper os muros de contenção absoluta da dominação burguesa.

No momento imediato, ela cumpre o papel de ser uma resposta de massas à pressão conservadora no Congresso Constituinte. É uma maneira de reagir inclusive à contra-ofensiva desencadeada pelos setores majoritários do “Centrão” para colocar de novo a proposta de cinco anos de mandato para Sarney em cena.

Em um plano mais amplo, ela pode cumprir o papel de complementar, de dar uma base de massas politizada, à eventual não assinatura do texto final da Constituição. Se o PT nega a ordem criada pela “Nova República”, ele está colocado diante do desafio de construir o projeto de qual a nova ordem que ele propõe para o Brasil. E este o significado maior da candidatura de Lula.

Isaac Akcelrud

O retorno dos dirigentes revolucionários Guillermo Ungo, Ruben Zamora e Hector Oqueli Colindres a El Salvador anuncia uma ofensiva política de envergadura inédita no país. Desvenda o conteúdo e os objetivos da participação do movimento revolucionário nas negociações de paz, segundo as resoluções dos cinco presidentes centroamericanos, na reunião de Esquipulas, Guatemala, em agosto último.

Ungo e Zamora, presidente e vice da Frente Democrática Revolucionária (FDR), e Colindres, membro da Comissão Político-Diplomática conjunta da FDR e FMLN, cumprem corajosa e criativa tarefa para combinar e articular as lutas de massas com a guerrilha. É o mais alto nível e a máxima amplitude já alcançados pela revolução salvadorenha. Ela detém a iniciativa militar e política.

O que houve em Esquipulas

As resoluções dos cinco presidentes criaram graves dificuldades para os intervencionistas americanos. Essa reunião se insere no contexto da perda irrecuperável de autoridade moral e política do decadente governo Reagan. Foram estabelecidos prazos, acertados os controles e indicadas as medidas de paz: anistia, cessar fogo, democratização, cessação de ajuda às forças irregulares e aos movimentos insurrecionais, não uso do território para agredir outros Estados.

Estes pontos "formam um todo harmônico e indivisível. Sua assinatura entra a obrigação, aceita de boa fé, de cumprir simultaneamente o combinado nos prazos estabelecidos".

Vários e contraditórios interesses convivem no texto aprovado por unanimidade. Os presidentes mais comprometidos com o intervencionismo americano acharam uma fórmula que lhes permita enfrentar seus próprios povos sem um choque aberto com Reagan. É que, na América Central, torna-se cada vez mais difícil recusar apoio ao diálogo e à causa da paz.

Certas medidas visavam encurralar a Nicarágua e favorecer os "contras", como a proibição de ajuda externa e uso do território para atacar vizinhos.

Mas o tiro saiu pela culatra. O presidente sandinista Daniel Ortega assinou tranquilamente. Pois a FMLN salvadorenha não depende de ajuda externa para se manter, avançar e vencer. Os guerrilheiros são voluntários. As organizações operárias e camponesas, os padres e pastores ligados ao povo pobre das cidades e dos campos, os estudantes, os intelectuais, os movimentos sociais, tudo o que há de ativo e sério em El Salvador está com a guerrilha política, material e militarmente. A FMLN controla um terço do território nacional e está na ofensiva nos dois terços restantes. Em contraste, o exército da oligarquia é dependente do Pentágono, mercenário e corrupto.

A proibição do uso do território nacional contra vizinhos, desse modo, funciona contra as bases americanas, os quartéis e arsenais doados pelos americanos aos "contras", em Honduras.

Duarte se autoanistia

A FMLN denuncia impiedosamente a falsa anistia de Duarte. O demagogo está cuidando de sua imagem eleitoral e pretendeu pressionar a Nicarágua. Na realidade, o decreto de anistia queria passar uma esponja sobre o assassinato de Monsenhor Romero, arcebispo de El Salvador, dos dirigentes da FDR, do reitor da Universidade, das monjas americanas, dos assessores americanos da reforma agrária, do coronel Mejia. Os esquadrões da morte estão ligados às forças armadas sob controle americano. São responsáveis pelo assassinato de 60 mil pessoas. Isto é uma auto-

anistia combinada com o recrudescimento da repressão.

Pior ainda: essa anistia não serve à FMLN. Só uns cinquenta revolucionários estão na prisão. A guerrilha liberta seus companheiros presos mediante a troca de prisioneiros ou libertando-os diretamente. Muitos estão no exílio. A grande maioria está na linha de fogo.

A maioria dos presos políticos nada tem a ver com a FMLN. São suspeitos de ajudar a guerrilha por residirem nas regiões libertadas. As prisões não raro funcionam como centros de recrutamento para a guerrilha.

A denúncia da FMLN repudia essa falsa anistia aos verdugos de Monsenhor Romero. É a contra-ofensiva política no bojo da negociação de paz que foi interrompida para acentuar a repressão, em sinal de protesto pelo assassinato do presidente da Associação de Defesa dos Direitos Humanos. Duarte não resistiu à maré montante da pressão popular engrenada com as lutas pela terra, aumento de salários e contra a carestia. Teve que confessar o que todo o mundo já sabia — o major D'Aubuisson, o chefe da UDR salvadorenha, é o mandante do assassinato do arcebispo Romero.

Foi o primeiro resultado político do regresso de Ungo e Zamora.

Orçamento de guerra

A crítica da proposta orçamentária de Duarte mostra ao povo a capacidade política, a organização e a preparação das forças revolucionárias para assumir o governo do país. Duarte elaborou um orçamento de guerra. A análise técnica dessa peça revela notadamente:

1 — Nada menos que 28% dos recursos orçamentários são destinados abertamente aos ministérios militares. Mais do que o dobro do ano anterior, quando as verbas militares confessadas eram de 12% do orçamento.

2 — Também têm aplicação militar as verbas destinadas ao Ministério do Interior (polícia, etc.) e das Comunicações. As despesas militares passam a 32% do orçamento, na realidade.

3 — Em cima disto, funciona o truque da "transferência de fundos". A inflação devora os recursos. Os ministérios militares tomam as verbas destinadas a fins civis. Por exemplo, em 1987, a verba inicial de 880 milhões de colones já tinha acabado em meados do ano, quando as despesas militares atingiram um bilhão de colones. A diferença foi coberta pelos outros ministérios:

4 — No governo Duarte, as despesas militares passaram de 19% no orçamento de 1983, para 23% em 84 e já chegam a 28%, segundo dados do próprio Ministério da Fazenda.

5 — Em 1987, o custo diário da guerra foi de 2,7 milhões de colones, ou seja 540 mil dólares. (Dados da Comissão de Análise e Documentação da FMLN).

Zamora na Rádio Venceremos

Antes de regressar a Salvador, Ruben Zamora falou pelo microfone da Rádio Venceremos, em algum lugar das áreas sob controle da FMLN. Passo a resumir o essencial da sua "declaração preventiva", demolindo as "análises" já esperadas de autoria dos provocadores da "guerra psicológica" do Pentágono para uso da imprensa burguesa em todo o mundo.

A — Não existe um processo democrático em El Salvador. O que temos são espaços políticos conquistados pelo povo salvadorenho. Está substituindo o cenário da luta: vem do exterior para dentro do país, e não se integra em algo que não existe.

B — Trata-se de lutar, como estão fazendo os sindicatos, as organizações culturais, para que o povo adquira consciência de seus direitos e da perspectiva histórica, mobilizando-se para conquistar um processo democrático através de uma solução política do conflito.

C — Uma vitória popular em El Salvador se deve alcançar mediante a combinação de diversas formas de luta — política, social, militar. A combinação desses esforços fará prevalecer a força do povo.

D — A guerra psicológica faz parte do projeto de contra-insurgência dos norte-americanos. Ela quer isolar a FMLN-FDR. Ela distorce suas propostas. Sua presença política é necessária para vencer essa manobra.

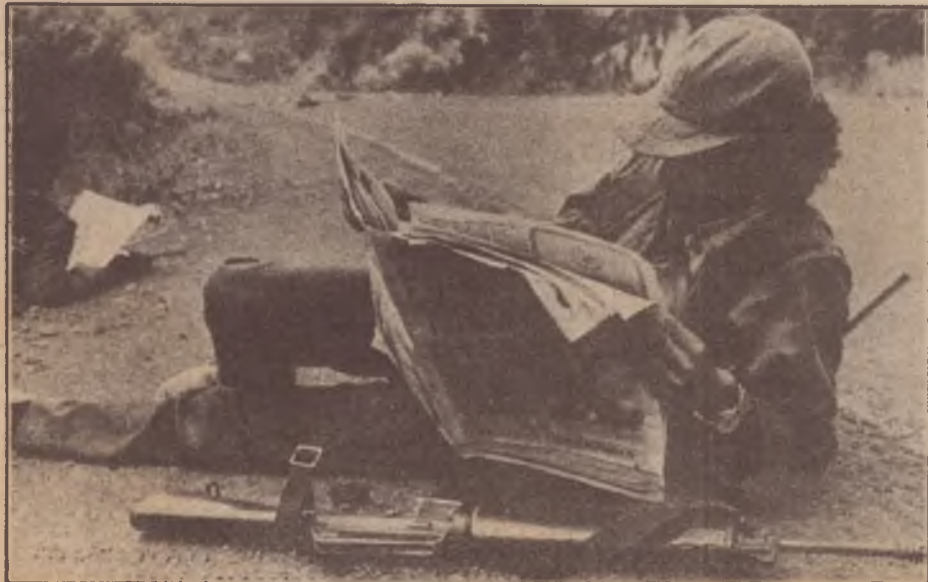
E — A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, a guerrilha, é um fator indispensável para qualquer solução política em El Salvador. Não há saída sem a FDR-FMLN. Lutamos fisicamente no exterior. Agora, vamos lutar politicamente no interior do país. Não faremos o jogo de Duarte.

Em documento firmado pelos seus cinco comandantes — Joaquín Villalobos, Leonel Gonzalez, Fermam Cienfuegos, Roberto Roca e Shafick Handal — a FMLN decretou um cessar fogo unilateral em sinal de apoio ao regresso dos dirigentes revolucionários a El Salvador.

O círculo de fogo da revolução

UM balanço da conjuntura atual em El Salvador mostra que a FMLN detém cada vez mais a iniciativa, combinando a tática guerrilheira, de massas e diplomática.

Guerrilheiro salvadorenho: à espera da negociação ou de mais combate



Os obstáculos a serem superados na construção do PT

O V Encontro Nacional do PT, realizado nos dias 4, 5 e 6 de dezembro em Brasília com a presença de 372 delegados, terá implicações profundas no desenvolvimento do partido no próximo período. Evidentemente pelo lançamento da candidatura de Lula à Presidência da República, certamente o fato mais importante do Encontro, mas também por um conjunto de discussões sobre a construção do partido que foram realizadas.

O Encontro Nacional foi precedido por Encontros Estaduais que em sua grande maioria aprovaram resoluções de alcance estratégico para o partido, em relação à estratégia revolucionária no Brasil, à política de alianças e também avançou na definição do socialismo pelo qual lutamos. Sobre a construção partidária, especialmente nas propostas de regulamentação do direito de tendência e de adoção da proporcionalidade na composição dos organismos de direção executiva do partido foram também aprovadas resoluções que em geral garantiriam importantes progressos na construção do partido. Os Encontros de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro e, parcialmente, de São Paulo, adotaram definições que deveriam ser consolidadas no Encontro Nacional.

No entanto, o Encontro Nacional acabou por se constituir em um passo atrás em relação aos Encontros Estaduais. Sem nenhuma preparação prévia por parte da Executiva Nacional, a polarização extremamente sectária, a tensão que marcou o Encontro, obscurecem a plataforma aprovada, que é baseada nas resoluções do Encontro Estadual de São Paulo e que constituem um marco importante nas definições políticas do partido (ver **EM TEMPO**: n.º 221). Mesmo as resoluções políticas aprovadas devem ter o seu significado relativizado pelo fato de que esta resolução (de 51 páginas) sequer foi lida pela maioria dos delegados presentes, tendo sido apresentada alguns momentos antes da votação das propostas de plataforma.

As chapas em disputa

Oito propostas políticas foram levadas à votação no Encontro, agrupando-se depois em quatro chapas para o Diretório Nacional. A chapa majoritária, que obteve 212 votos (57,61%, 50 membros no Diretório Nacional), foi formada pela **Articulação**, agrupada em torno da antiga Executiva Nacional e encabeçada por Olívio Dutra. Uma segunda chapa se formou reunindo as propostas



apresentadas por João Machado e Raul Pont, por José Genoino e por Ivan Valente. Esta chapa alcançou 86 votos (23,37%, 20 membros no Diretório). Uma terceira chapa se formou a partir da fusão das propostas apresentadas por Eduardo Jorge (**PT pela base**) e por Augusto de Franco, incorporando os setores liderados pelos deputados Virgílio Guimarães e Sandra Starling, de Minas Gerais, e pelo deputado estadual João Alfredo, do Ceará. A chapa denominada **PT pela base** alcançou 46 votos (12,5%, 11 membros do Diretório). Foi apresentada ainda uma quarta chapa, composta pelos apoiadores do **Bolém O Trabalho**, que obteve 13 votos (3,53%, não conseguiu representação no diretório Nacional).

Três alterações importantes ocorreram na correlação de forças interna ao partido e na composição do Diretório Nacional desde a realização do IV Encontro. Em primeiro lugar, a expansão nacional da articulação surgida em São Paulo com o nome de **Poder Popular e Socialismo**, liderada pelo deputado federal Eduardo Jorge. Depois de atingir cerca de 20% dos votos no Encontro Estadual de São Paulo, esta articulação conseguiu compor uma chapa que incluía uma série de delegados independentes, principalmente do Nordeste, e se apresentar como uma articulação com peso nacional e com capacidade de polarização no Encontro. Avançando uma visão de construção do PT como partido revolucionário, defendendo a democracia interna do partido, esta articulação deve desempenhar um papel crescente na vida partidária depois do V Encontro.

Por outro lado, é importante assinalar o recuo parcial experimentado pela corrente ma-

ajoritária. Dos mais de 70% obtidos no Encontro anterior, a **Articulação** alcançou agora menos de 60% dos votos, expressando inclusive a dificuldade da corrente majoritária de continuar unificando o conjunto dos setores não oriundos das correntes organizadas no interior do PT. Isto foi demonstrado não somente pelo Encontro Nacional, mas também em inúmeros encontros estaduais, como São Paulo, Rio Grande do Sul (onde a Articulação perdeu a maioria na direção estadual) e Ceará, diminuindo bastante o nível de controle exercido pela corrente majoritária nos organismos de direção partidária.

Este aumento do pluralismo se expressou também nas resoluções aprovadas nestes Encontros estaduais, sobretudo na questão da regulamentação de tendências, onde foi majoritária em vários estados uma proposta que garantia o direito de tendência no interior do PT e estabelecia a proporcionalidade nas direções executivas do partido. Estas resoluções estão inclusive na base da reação desencadeada pela executiva nacional contra essas propostas (ver matéria nas páginas seguintes).

Por fim deve ser destacado o aumento da participação dos setores ligados ao trabalho rural combativo no Diretório Nacional: alguns dos principais dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) passam a integrar o Diretório. Hamilton Pereira da Silva, João Pedro Stédile, Antônio Marangon, Avelino Ganzer e Geraldo Pastana (os dois últimos eram membros do diretório anterior) são alguns dos representantes desse setor presentes na nova direção eleita.

Uma oportunidade perdida

O centro da discussão política do Encontro acabou se estabelecendo em torno das questões da democracia interna do partido. Depois de aprovada em praticamente todos os Encontros Estaduais, inclusive em São Paulo, o desenvolvimento natural da questão da proporcionalidade seria a sua aprovação também no Encontro Nacional. Na verdade, podemos afirmar que no mínimo 80% dos delegados ao Encontro foram eleitos defendendo esta proposta.

No entanto, a Executiva Nacional, que não havia elaborado qualquer documento ou proposta a respeito, **centralizou** todos os seus membros para fazer aprovar em uma reunião extremamente tensa do Diretório Nacional realizada um dia antes do Encontro a sua proposta sobre a "questão das tendências" e contra a proporcionalidade na Executiva Nacional.

No plenário do Encontro, a proposta apresentada pela **Articulação** e defendida também por Vladimir Palmeira obteve 199 votos contra 164 da proposta apresentada por Eduardo Jorge, Raul Pont e Augusto de Franco. A Articulação defendeu através de vários de seus dirigentes a visão de que não deveria existir a proporcionalidade mas sim a **participação** das chapas minoritárias na Comissão Executiva Nacional.

Apesar disso, o Diretório Nacional elegeu em sua primeira reunião, realizada logo após o Encontro Nacional, uma Executiva composta apenas por membros da chapa majoritária, presidida por Olívio Dutra e com a presença de José Dirceu na Secretaria Geral. Segundo os dirigentes da

corrente majoritária, esta Executiva vai ser discutida e modificada na primeira reunião do Diretório Nacional, que vai realizar-se nos dias 16 e 17 de janeiro de 1988. É uma oportunidade para se superar o erro novamente cometido de se compor uma executiva "pura", composta apenas por membros da maioria, deixando mais de 40% do partido sem representação no organismo.

O tratamento da democracia interna do PT é o elemento mais importante de balanço deste Encontro: o partido perdeu a oportuna lade de avançar significativamente no seu processo de construção, dando prosseguimento ao esforço desenvolvido nos Encontros estaduais. E esta responsabilidade deve ser imputada essencialmente à articulação majoritária, em particular à antiga executiva nacional, que em nenhum momento colocou em discussão as suas propostas nos vários encontros estaduais realizados nos últimos meses. Ao contrário, o atropelou os delegados com propostas que estavam em contradição com todos os encontros estaduais realizados.

Esta oportunidade perdida pelo partido torna-se ainda mais grave quando ele está colocado frente a um desafio da maior importância: a construção da candidatura de Lula à Presidência da República, o enfrentamento à articulação dos setores mais conservadores da Constituinte contra os parcos avanços registrados na Comissão de Sistematização, à tentativa de retroceder na diminuição do mandato de Sarney.

A candidatura de Lula

O grande saldo do Encontro foi a decisão unânime do lançamento de Lula à Presidência da República. Já aprovada indicativamente pelo Diretório Nacional há cerca de três meses, a campanha de Lula certamente vai marcar fundo a história política brasileira. É a primeira vez que um partido operário de massas, com uma política classista, disputa a Presidência da República com capacidade de polarizar o enfrentamento com os grandes partidos burgueses. A profunda identificação de Lula com a própria história recente da luta dos trabalhadores brasileiros, o grande crescimento que o PT vem experimentando nas últimas disputas eleitorais e o enorme desgaste das alternativas burguesas representadas pela "Nova República" dão todas as condições ao PT de galvanizar um grande apoio de massas a uma alternativa dos trabalhadores à grave crise em que se encontra o país.

V Encontro Nacional do PT

Marcado por um clima de muita tensão, o Encontro Nacional do PT não conseguiu responder positivamente a duas questões hoje centrais para a democracia interna do partido. Na discussão sobre a regulamentação do direito de tendência e sobre a proporcionalidade na composição das Executivas, prevaleceu o sectarismo, a despolitização e a incompreensão da importância da democracia interna para garantir a unidade no enfrentamento aos desafios colocados para o PT.



O início do processo de construção do PT no final da década de 70 significou uma ruptura histórica com a tradição predominante na esquerda brasileira, particularmente no PCB e do PC do B. O PT surgiu como expressão da independência de classe dos trabalhadores, em primeiro lugar, mas também como a possibilidade de se construir no país um verdadeiro partido revolucionário de massas e que fosse ao mesmo tempo um partido baseado em uma profunda democracia interna.

O próprio surgimento do PT é uma constatação da imperiosa necessidade da democracia interna do partido para que ele possa se construir efetivamente como partido capaz de dirigir a revolução e a transição ao socialismo no Brasil. Composto por diversas organizações e correntes da esquerda, de militantes marxistas independentes, de militantes ligados ao trabalho popular da igreja e dos sindicalistas agrupados em torno dos dirigentes do ABC, as definições políticas do PT deveriam necessariamente passar por um debate prolongado entre estas distintas correntes, à luz da própria experiência histórica do partido e dos trabalhadores brasileiros.

É evidente que no início de sua construção seria incorreto propor que o partido assumisse definições políticas estratégicas para as quais não estivesse ainda maduro, isto é, fora das experiências concretas vividas pelo movimento operário e popular neste período.

Hoje, nove anos depois do início de sua construção o PT, o movimento operário popular independente no Brasil, já passou por uma série de experiências que tornam possível avançar muito nas definições políticas e programáticas do partido. A luta contra a Ditadura Militar, o enfrentamento à transição burguesa, as eleições municipais de 1985 e para a Constituinte, as enormes pressões exercidas pelas classes dominantes contra o partido, as milhares de greves e enfrentamentos com os patrões e com a repressão policial são elementos de amadurecimento do partido que colocam hoje concretamente a pos-

sibilidade de um salto de qualidade na construção do PT. Seja nas suas definições políticas ou no avanço de sua construção orgânica como partido: centralização política e organizativa, imprensa interna e a nível de massas, construção de direções etc.

Era frente a estes desafios que o Encontro Nacional estava colocado. Com um grau de unidade política em geral bastante acentuado, os encontros estaduais do partido se concentraram na discussão de duas questões polêmicas: a regulamentação do direito de tendência no partido e a questão da proporcionalidade nas comissões executivas dos diretórios, duas questões chave da democracia interna hoje no partido.

A importância da democracia interna

Uma concepção democrática de partido começa com a clara rejeição de qualquer concepção de partido único (ou "partido único da classe operária") e com o reconhecimento da diversidade no interior do proletariado, da diversidade no interior do bloco histórico revolucionário, no interior dos revolucionários. Esta concepção tem se demonstrado fundamental para uma compreensão democrática das relações internas a um partido político.

A própria experiência histórica do PT tem demonstrado a importância do esforço de unificação política de correntes distintas em sua origem. E isto não pode ser feito senão à base de uma experiência comum e de uma profunda democracia interna do partido. A democracia interna é, ao lado de uma unidade política fundamental, a base sobre a qual se assenta a unidade de ação de um partido socialista. E mais: é condição imprescindível para a unificação de correntes políticas de origens tão distintas como as que formaram o PT.

Historicamente, a garantia da democracia interna é também um elemento decisivo para assegurar a unidade do partido, o estabelecimento da possibilidade de retificação dos erros cometidos e o combate à tendências de burocratização, dos mitos de "infallibilidade" das direções etc.

Um debate antigo

O debate sobre o direito de tendências e sobre a proporcionalidade nas instâncias executivas de direção existe praticamente desde a fundação do PT. A discussão sobre o caráter do PT, da construção da unidade de ação do PT nos movimentos sociais em que o partido intervém, a legitimidade ou não das correntes organizadas que participam da construção do PT desde o seu início foram os "panos de fundo" dessa discussão.

Mais recentemente, esta discussão existiu no processo de preparação do IV Encontro Nacional, realizado em 1986. A partir de uma proposta aprovada no Encontro Estadual de São Paulo, havia a expectativa de que a composição proporcional para a Executiva Nacional fosse aprovada, ou, pelo menos, que fosse aprovada a participação de todas as chapas minoritárias na composição das Executivas.

No entanto, e alegando na época o episódio do assalto a um banco na cidade de Salvador por filiados do partido, a articulação majoritária votou contra essa proposta, vinculando a aprovação da proporcionalidade a uma regulamentação do direito de tendência no partido. Logo após e por indicação do Encontro Nacional, o Diretório Nacional formou uma comissão para discutir o assunto. Esta comissão na verdade nunca funcionou. Fez algumas poucas reuniões mas não conseguiu avançar na discussão. Depois disso, decidiu transferir esta discussão para a Secretaria Geral Nacional, então ocupada por Olívio Dutra. Também dessa vez não se conseguiu avançar na discussão. A partir daí, deixou de existir qualquer iniciativa centralizada nacionalmente pela direção do partido. A discussão transferiu-se para os estados, onde começava a preparação dos Encontros Estaduais.

A discussão nos encontros estaduais

Uma primeira constatação evidente neste debate é que a questão da regula-

A democracia interna é um elemento essencial da construção partidária

mentação do direito de tendência não pode ser tratada abstratamente. Para um partido com as características do PT, a sua atual fase de construção, a regulamentação do direito de tendências não pode ser idêntica à adotada por um partido com toda sua estrutura de militância e uma homogeneidade política construída, com definições políticas e programáticas consolidadas. A própria origem do PT dá a essa discussão uma característica peculiar ao PT.

Em primeiro lugar, a regulamentação do direito de tendências não diz respeito à discussão sobre a existência de "partidos dentro do partido", ou à visão do PT como frente e não como partido estratégico, de potencial revolucionário. Diz respeito à **democracia interna** e à unidade de ação do PT na luta de classes, e deve ser coerente com o estágio de construção atual do Partido dos Trabalhadores.

Em segundo lugar, diz respeito a uma **concepção de partido**: um partido monolítico ou um partido com diversidade interna, resguardada a sua unidade de ação.

Esta discussão foi feita pela grande maioria dos Encontros Estaduais realizados na preparação do Encontro Nacional. Ao lado da questão da política de alianças, foi o tema mais discutido pelos petistas de todo o país. E, a partir de uma proposta elaborada pela Secretaria de Organização do PT de São Paulo, forjou-se a unidade de um amplo setor que compreendia setores da articulação majoritária, a Democracia Socialista — DS e outros setores do partido. Esta foi a proposta aprovada, com pequenas alterações, nos Encontros de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, entre outros. Em todos eles, ao lado da regulamentação do direito de tendência, foi aprovada a adoção da **proporcionalidade** nas executivas dos Diretórios. A exceção foi São Paulo, onde mesmo não sendo aprovada a mesma proposta de regulamentação do direito de tendência, foi adotada a proporcionalidade na formação da nova executiva estadual.

A proposta da Executiva Nacional

No entanto, apesar desta esmagadora maioria nos Encontros Estaduais, estas duas propostas foram derrotadas no Encontro Nacional. Por iniciativa da Executiva Nacional, o Diretório Nacional propôs ao Encontro resoluções que iam exatamente em sentido contrário ao expresso pela grande maioria dos Encontros Estaduais.

A Executiva propôs uma resolução sobre "a questão das tendências" que na verdade constituía-se mais em instrumento de luta contra as tendências organizadas do partido do que em proposta de avanço da unidade de ação do PT. Brandindo ameaças contra as tendências, genericamente tratadas como "partidos dentro do partido", a proposta não apresentava medidas práti-

cas que regulamentassem o direito de tendência interna. Por outro lado, referindo-se à regulamentação anteriormente citada, propôs que não fosse adotada a proporcionalidade na executiva, alegando que enquanto não fossem eliminados os "partidos dentro do partido" não se poderia correr o risco de "entregar postos de direção executiva a membros de tendências que têm outro projeto além do PT".

Em suma: uma visão sectária (para não dizer monolítica) do processo de construção partidária, um desrespeito a toda a discussão anteriormente realizada na preparação do Encontro. E, absurdo maior para quem acusa as tendências de possuírem centralismo próprio, a Executiva jogou todo o seu prestígio (e o de Lula em particular) para reverter as posições dos delegados da Articulação majoritária, em sua grande maioria eleitos com base em propostas diferentes das que a Executiva propunha. Em um clima de grande tensão, a direção da Articulação, que se confunde com a Executiva, conseguiu garantir o voto da maioria dos delegados para suas propostas, recuando dos aspectos mais absurdos de sua proposta de regulamentação do direito de tendências, e inclusive usando como argumento contra a proporcionalidade a defesa da **participação** das minorias na Executiva Nacional.

Atraso na construção do PT

Este V Encontro Nacional possuiá

todas as condições para consolidar definições políticas e de construção partidária muito importantes para o futuro do PT. Com um acúmulo importante de discussão anterior, com um grau de unidade política bastante substantivo, o Encontro se apresentava com todas as possibilidades de marcar um salto de qualidade na construção do partido. Mas isto acabou não acontecendo.

Marcado por um clima extremamente sectário, por uma tensão que percorria o conjunto de delegados, o Encontro terminou por esvaziar-se da discussão política e se concentrar na luta interna. Voltaram a ocorrer os alinhamentos por blocos que pareciam superados dentro do PT. Muitos delegados foram quase que forçados a votar contra suas convicções por força dos alinhamentos com a direção histórica do partido. Enfim, um passo adiante na construção do partido não foi dado, por responsabilidade única e exclusiva da antiga executiva nacional.

Mas há ainda oportunidade para a reversão parcial do quadro criado no Encontro, sobretudo a nível da participação das minorias na Executiva Nacional. Tendo sido eleita apenas com membros da maioria, a nova Executiva assumiu o compromisso de rediscussão de sua composição na próxima reunião do Diretório Nacional, a ser realizada em Janeiro. A manutenção de uma Executiva "pura", representando apenas cerca de 60% do Encontro, certamente criará maiores dificuldades à di-



reção do conjunto do partido.

Por outro lado, se a dinâmica desencadeada no Encontro Nacional for levada adiante, certamente o PT terá dificuldade de avançar em sua constru-

ção no próximo período, justamente o período em que o partido deve enfrentar enormes desafios na luta de classes, a campanha presidencial de Lula em particular.

A regulamentação do direito de tendência

(...)
Em nenhum momento de sua construção o PT assumiu a condição de frente — de qualquer tipo — ou mesmo reduziu o alcance de sua intervenção a tarefas meramente conjunturais. Pelo contrário, os seus documentos básicos afirmam de maneira definitiva o seu caráter estratégico e sua feição de partido de massas, democrático e socialista, consciente de seu papel fundamental no processo de construção do socialismo no Brasil.

(...)
3. Ao afirmar seu caráter estratégico, o PT afirma-se, pois, como partido e não como frente de partidos ou organizações. Contrapõe-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. Da mesma maneira a filiação ao PT se dá em caráter individual, assumindo o filiado o compromisso de acatar apenas e unicamente as decisões partidárias, tomadas nas instâncias orgânicas do PT.

(...)
5. Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender determinadas posições políticas, cujas reuniões não tenham caráter clandestino e cujas atividades estejam voltadas exclusivamente para a vida interna do PT e

que visem o fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto. O PT considera fundamental a veiculação das políticas dos agrupamentos no interior do partido. Assim, para que os militantes e filiados tenham conhecimento dos pontos de vista e documentos dos referidos agrupamentos, deve-se dedicar esforços para que o partido se responsabilize por sua divulgação e publicidade. Da mesma forma, o partido deve esforçar-se para o fortalecimento de sua infra-estrutura material, de forma a permitir que as reuniões dos agrupamentos se deem no interior do próprio partido.

6. É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de Partidos em seu interior, concorrentes ao próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.

O reconhecimento de agrupamento desse tipo — Partidos dentro do PT — seria a aceitação do partido enquanto frente política, vale dizer, a própria ne-

gação do projeto histórico do PT. E colocaria irremediavelmente em risco a perspectiva de consolidação como um forte partido da classe trabalhadora, alternativa real de poder popular para o país.

Entretanto, levando em consideração que existem no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles debate político visando a sua dissolução e a completa integração de seus militantes na vida orgânica petista, extinguindo-se a dupla militância e consequente dupla fidelidade.

7. O PT não confunde tendências internas de opinião com partidos dentro do partido, assegurando, pois, a qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se como tendência interna do partido.

a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...)

b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.

c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de

agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetidos à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido.

d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido.

e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido.

Por conseguinte suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do partido.

f) Uma tendência do partido não pode construir um partido distinto do PT, nem usar o nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como partido estratégico (rumo ao socialismo).

Treze perguntas e respostas sobre o crash da Bolsa

Aqui, as respostas às sete últimas perguntas da longa entrevista concedida por Mandel, cuja publicação foi iniciada no número anterior.

7 Sob a areia dos mercados financeiros, há portanto o chão da economia real.

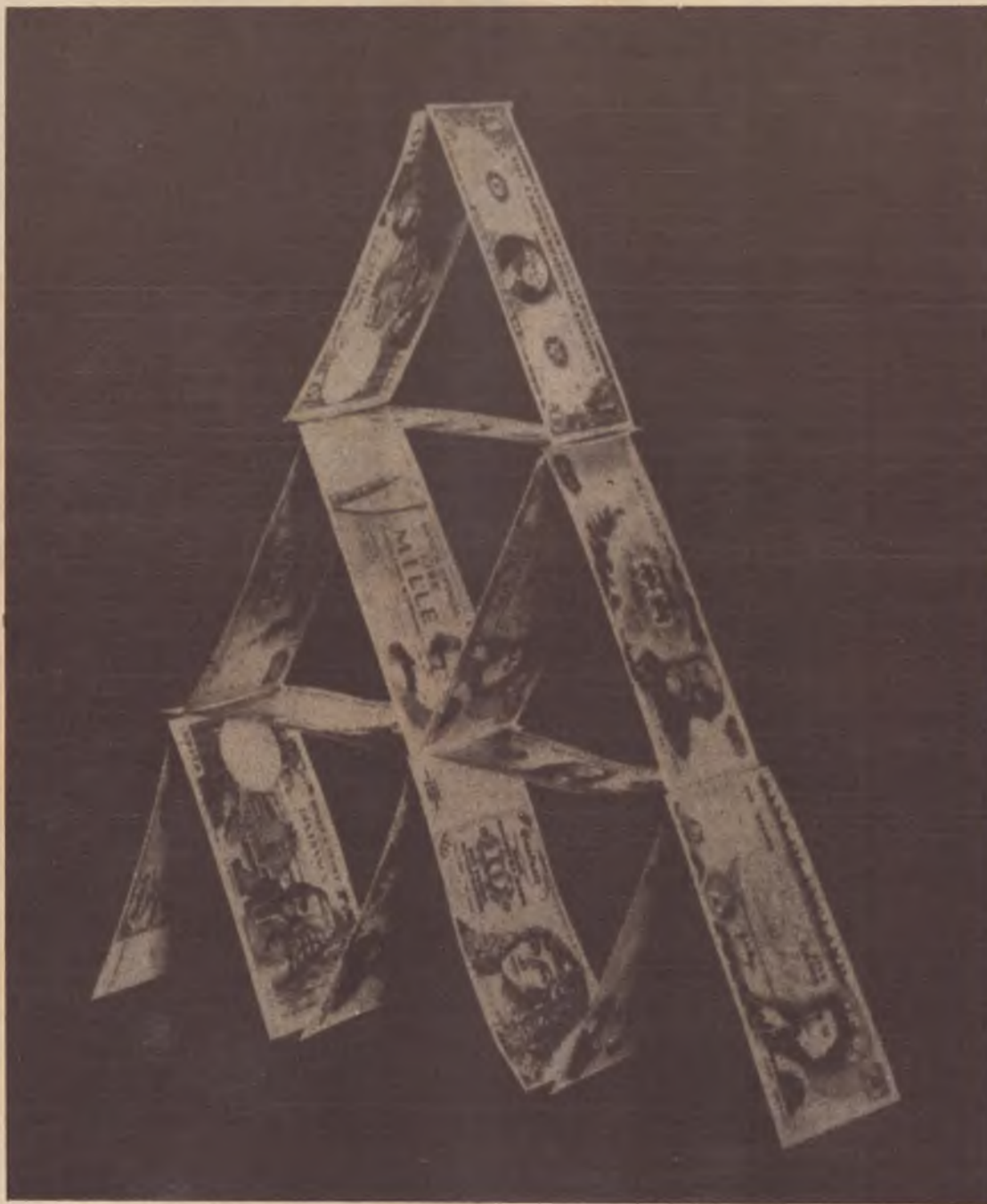
Pode-se ilustrar essa tese mostrando o mecanismo real que foi posto em movimento nos Estados Unidos e à escala mundial no curso dos últimos dezoito meses. Nós tínhamos aliás seguido essa evolução passo a passo nas análises publicadas na revista **Inprecor**. E não nos enganamos, eu creio. Nós estávamos bem apoiados no real, e não “nas nuvens”, como alguns nos acusaram. Mas, enfim, nós devemos tudo isso antes de mais nada a Marx.

A recessão de 1980-1981 era muito grave. Muitos foram surpreendidos pela sua amplitude. No fim da recessão, o desemprego ultrapassou amplamente os trinta milhões de pessoas nos países imperialistas, para se aproximar dos quarenta milhões atuais, para todos aqueles que não trabalham em jornada integral não por querê-lo, segundo as estimativas dos sindicatos ou mesmo do órgão oficial **Bureau International du Travail (BIT)**. O que significa cem milhões de pessoas atingidas pelo desemprego nos países mais ricos do mundo.

Contrariamente a todas as suas afirmações e bravatas monetaristas, a administração Reagan tomou então uma decisão “heróica”: aplicar uma política com forte conteúdo

Contra todas as bravatas monetaristas, Reagan tomou uma decisão heróica: aplicar uma política com forte conteúdo neo-Keynesiano. É um paradoxo: esses conservadores foram os mais keynesianos de todos os governos conhecidos até aqui na história dos Estados Unidos.

neo-keynesiana. Isso é um paradoxo: esses conservadores juramentados foram os mais keynesianos de todos os governos conhecidos até aqui na história dos Estados Unidos. Eles interromperam a recessão conjuntural de 1980-81 por um enorme déficit orçamentário. Esse foi o fomoso “déficit



spending” keynesiano, o ABC de Keynes. Reagan e seu bando fizeram crescer a demanda global, a massa monetária.

Evidentemente, a distribuição dessas despesas, desse déficit, é particular a Reagan, aos conservadores. Ele reduziu as despesas sociais, quebrou as despesas de infra-estrutura. Isso foi uma verdadeira catástrofe para os EUA... Técnicos explicam que hoje a metade das pontes americanas poderia afundar, porque não são consertadas nem reparadas há dez, quinze anos. Isso é a loucura pura. Em Nova Iorque,

vista a redução das despesas públicas, não há um só mapa de conjunto do sub-solo da metrópole. Isso significa que há escapamentos de gás, explosão de circuito de água corrente, é necessário cavar ao acaso para reparar o acidente, como no começo do século. Fechemos este parêntese, sublinhado que se as despesas sociais foram reduzidas, a demanda global foi aumentada, sobretudo pelas despesas militares.

8. O déficit do orçamento dos EUA arrastando consigo a

retomada da economia mundial não desencadeou uma lógica infernal?

Mandel — Esse déficit se ampliou em um momento no qual as forças inter-imperialistas avançavam. Esse problema não foi compreendido nos EUA, a não ser pelos mais espartos — e Reagan evidentemente não está entre eles.

A capacidade competitiva da burguesia imperialista americana estava deteriorada em relação à de seus concorrentes. Daí o déficit crescente da balança americana para os bens

de produção, por exemplo. Não só bugigangas, os calçados brasileiros, o vinho francês, as massas italianas... Não, as máquinas eletrônicas, as máquinas-ferramentas, etc.

A participação dos EUA nas exportações mundiais caiu entre 1981 e 1986 de 20 a 13,8%. Isso foi um desastre para os EUA. O mercado suplementar criado pelo déficit orçamentário americano foi aspirado quase que exclusivamente por importações. Isso causou um efeito estimulante sobre o resto da economia capitalista. E permitiu a expansão das exportações sobretudo japonesas, alemãs, sul-coreanas, brasileiras, de Taiwan, de outros países europeus.

O déficit orçamentário dos EUA, portanto, deu um novo impulso à economia mundial por sua transformação em déficit da balança comercial americana. Alguém dirá: de qualquer modo, Reagan criou oito milhões de novos empregos. Você não pode dizer que tudo é passado na expansão das importações estrangeiras. Conhece-se o tipo de empregos criados. O economista Galbraith encontrou uma fórmula interessante. “Os empregos criados por Reagan são de cidadãos que vendem hamburguers uns aos outros.” Evidentemente não é assim que a competitividade da indústria americana vai ser reestabelecida em relação a seus concorrentes.

O economista Galbraith encontrou uma fórmula interessante: “os empregos criados por Reagan são de cidadãos que vendem hamburguers uns aos outros”. Evidentemente não é assim que a competitividade da indústria americana será restabelecida.

Mas há ainda uma lógica infernal nesse mecanismo. Um clamor universal se eleva nos meios burgueses e governamentais, sobretudo europeus: detenham o déficit orçamentário do EUA. Já! Mas se eles detiverem imediatamente o déficit orçamentário, isso desencadeará uma enorme recessão

nos EUA. No momento em que a Bolsa desce, provocaria uma deflação em grande escala. Isso parece mesmo como duas gotas d'água à política de 1929. Essa é a política que praticaram na época Hoover nos EUA ou Bruning na Alemanha, com o resultado que se conhece. Se se fizer isso, partimos para 25 a 30% de desempregados.

Mas ao contrário, se eles não detiveram o déficit, se eles querem evitar a todo preço a recessão antes das eleições nos EUA, provocarão resultados não menos desastrosos. Há já 5% de inflação nos EUA, consideravelmente mais que no Japão e na Alemanha. Injetar uma enorme massa monetária suplementar, como foi praticado nesses últimos dias para fazer baixar as taxas de juros, não pode senão reacender a inflação. Se a Inflação se reacende, as taxas de juros deverão subir de novo fortemente. E então, sobretudo, a competitividade dos EUA, em relação à Europa e ao Japão, será ainda reduzida e o déficit da balança comercial será ainda mais forte. As taxas de juros deverão ser elevadas de novo para atrair os capitais estrangeiros. E teremos um movimento inflacionário do tipo bola de neve.

Aí está o dilema verdadeiro. Não há solução. Seja lá o que fizerem, a recessão é inevitável. Honestamente, não há solução no quadro do sistema, sem romper com as regras do jogo, sem romper com os mecanismos da economia capitalista.

9. O capitalismo não encontrará a saída, como propõem alguns, freando o crescimento dos EUA e fazendo o Japão e a Alemanha Ocidental tomarem a dianteira da nova retomada?

Mandel — Uma primeira constatação: não existe um Super-Estado mundial do capitalismo que possa ditar uma tal lei. Ai está porque esse cenário é muito improvável. Não há um país hegemônico que possa impor isso. Cada potência imperialista puxa e puxará a sua saída. Os interesses de uns e outros não são idênticos.

O capitalismo é a propriedade privada. Isso produz a concorrência. Em período de crise, isso significa o salve-se quem puder e o cada-um-por-si. A lógica pura diz aos governos que isso é uma política de um simplório. Mas a prática é dominada pelos interesses imediatos e não pela razão. A razão obrigaria qualquer um a pagar os vasos quebrados pelos outros. Isso eles não estão dispostos a fazer.

Os japoneses, contrariamente ao que se pensa, já aumentaram consideravelmente a demanda interna, diferentemente dos alemães. O imperialismo do outro lado do Reno foi vacinado contra toda tentativa inflacionária pelas duas



experiências terríveis dos anos 20 e da Segunda Guerra Mundial. É uma obsessão dos capitalistas alemães manter uma moeda estável. Eles se resignariam com a inflação apenas se o seu sangue escorresse por dez feridas. Por enquanto, há apenas algumas arranhaduras. Eles não aceitarão portanto que lhes imponham medidas que resultariam numa pressão inflacionária qualquer.

Mas no Japão, por uma série de razões, a demanda interna foi ampliada de modo considerável. O que aconteceu? Exatamente o mesmo que nos Estados Unidos. Todo esse fluxo de capitais se dirigiu para a especulação imobiliária e a bolsa e mesmo as grandes associações bancárias foram fortemente endividadas com esse fim. O que causou uma forma de alta perfeitamente grotesca. Não se pode qualificá-la de outro modo. Isso se verá logo (como já se viu em Hong-Kong).

É portanto uma ilusão mecanicista acreditar que uma expansão da massa monetária interna se traduza automaticamente em uma expansão proporcional do poder de compra das massas e, portanto, da importação de mercadorias estrangeiras, estimulando a retomada da economia mundial.

10. O desvendamento do mito japonês está na queda de valores na Bolsa de Tóquio?

Mandel — Observemos mais de perto o caso japonês: ele é muito esclarecedor. O Japão era tido como o grande vencedor da concorrência inter-imperialista. O Japão é apresentado como modelo de sociedade competitiva desses últimos anos. Seus sucessos tecnológicos e financeiros sobretudo são louvados. A escalada do imperialismo financeiro japonês foi a mais rápida que já se viu. No espaço de dois anos aproximadamente, a maior parte dos dez primeiros bancos mundiais se tornaram... bancos japoneses.

Na época do "capitalismo tardio", o Japão parecia ter instaurado do ponto de vista da classe dominante a sociedade ideal, a famosa "sociedade dual", com uma classe operária dividida em duas. Todo trabalho precário, todo emprego de sub-contratação desconhece a segurança social. Isso representa de 35 a 40% da mão-de-obra. Para uma produtividade do trabalho igual ou superior a de um trabalhador europeu, o trabalhador japonês tem um nível de vida duas vezes menor. A média do

poder de compra no Japão é então 25% inferior à que nós conhecemos na Europa.

As consequências são imediatas. Se você incha a massa monetária você não aumenta a demanda da metade da população. Ela não pode comprar. Ela está fora do circuito. O dinheiro vai, então, mais além, e todo o mundo o sabe. Os comerciantes não vão comprar mercadorias que eles não podem vender, os industriais não vão produzir mercadorias que não podem vender aos comerciantes... Uma boa parte dos lucros é então redirecionada para a especulação ou, certamente, no caso do Japão, exportada.

A escalada do imperialismo financeiro japonês foi mais rápida que já se viu. No espaço de dois anos aproximadamente, a maior parte dos dez primeiros bancos mundiais se tornaram... bancos japoneses.

Tudo isso se traduz de fato por um verdadeiro movimento que foi chamado **Zaithec**: uma parte crescente dos lucros, mesmo dos grandes trusts industriais, é de origem financeira. O que alimentou um impulso especulativo. Nós já conhecemos as consequências disso.

11. O "crash" da bolsa acelerou a queda do dólar?

Mandel — Incontestavelmente, isso ocorreu por efeito direito do inchamento da massa monetária e da queda momentânea da taxa de lucro, utilizadas pelo chefe do Banco Central americano (Federal Reserve) Greenspan para deter a queda dos valores das ações em Wall Street.

Mas acreditar no "complot" americano para endireitar a balança comercial através da queda livre do dólar é infantil. Uma queda livre do dólar desvaloriza suas ações em relação as de seus concorrentes, facilita a compra dessas ações pelos estrangeiros, modifica as relações de força inter-imperialistas em detrimento dos EUA, encarece as importações inevitáveis (notadamente de matérias-primas como o petróleo) e faz subir de novo a inflação.

O verdadeiro problema está em outro lugar.

De um lado, os bancos centrais imperialistas e o capital financeiro na Europa e na Ásia (não apenas o Japão, mas também os países ricos exportadores de petróleo) acumularam enormes haveres em dólares: centenas de bilhões de dólares. Eles se encontram, portanto, na situação clássica e angustiante do credor ultrarico confrontado com um grande devedor que está a ponto de falir. Se o dólar vai a pique, digamos, se cai em 30%, suas perdas se elevarão a uma centena de bilhões de dólares para

cada um dos três grandes grupos (Japão, Arábia Saudita, Emirados + Kuwait + Brunei; Europa Ocidental). Para evitar essa queda vertical, é necessário recomprar massivamente dezenas de bilhões de dólares, o que quer dizer como se diz em inglês, juntar o dinheiro "bom" ao "mau".

De outra parte, esse dilema angustiante impulsiona um mecanismo que ninguém mais controla. Os especuladores nos mercados de troca contam com a queda contínua do dólar. Eles especulam, então, sobre essa queda. E amplificam, assim, o movimento, e arriscam provocar a todo momento uma queda vertiginosa, que as intervenções dos bancos centrais não poderão deter. Daí, um risco sério de um desmoronamento de todo o sistema monetário internacional.

12. Quais são os efeitos do "crash" da bolsa sobre a dívida e a miséria do terceiro mundo?

Mandel — A curto prazo, os efeitos são contraditórios. Na medida em que o "crash" da bolsa acentua a queda do dólar, ele suaviza o serviço da dívida (pagamento dos juros correntes) na medida em que os países ditos do terceiro mundo mantiverem suas exportações para os EUA e sobretudo para o Japão e para a Europa Ocidental. Com o mesmo volume de exportações, eles obtêm mais dólares.

Mas, a médio prazo, o efeito é negativo, sobretudo na medida em que se anuncia e se desencadeia a recessão nos EUA. Desde já, a simples espera dessa recessão provoca uma baixa dos preços das matérias-primas, portanto, uma redução dos rendimentos de exportação dos países do terceiro mundo. E, sobretudo, a recessão americana provocará um recuo das importações dos Estados Unidos provenientes do terceiro mundo, de onde o risco que a balança comercial desses países se torne deficitária, gerando a incapacidade de pagar mesmo o serviço da dívida que eles pagam graças ao "boom" de suas exportações.

Acrescentemos que a enorme fuga de capitais provenientes das classes possuidoras do terceiro mundo para os EUA foi em boa parte investida na Bolsa. Esses capitais estão agora desvalorizados como os dos outros proprietários de ações.

13. 1988, 1989? Agora, de qualquer modo, a recessão é inevitável.

Mandel — A lógica fundamental de nosso raciocínio é a seguinte. O mundo tem flutuado rumo à expansão sobre um oceano de dívidas. O endividamento atingiu uma amplitude tal que não se pode mais resolvê-lo. Chegou-se a uma dívida da cifra de sete ou oito trilhões de dólares para evitar a recessão. É impossível incha-la ainda de maneira considerável.

Ou então as taxas de juros vão subir de tal modo que absorverão toda a mais-valia.

Você pode fazer a expansão a crédito quando você tem 3 a 4% de juros e 8% de lucro. Mas se você tem sempre 8% de lucro e 12% de juros, isso não é mais possível. Isso vai acabar fatalmente. Os capitalistas não podem mais enriquecer se endividando.

A Bolsa portanto apenas antecipou a virada real, a das vendas, da produção e do emprego: a recessão. O drama da especulação para os especuladores é que os aplicadores da Bolsa tiveram demasiado tarde o "pifômetro". Reagindo de maneira demasiado precipitada, com atraso, eles aumentam os custos, as perdas de maneira considerável.

Há um elemento irracional nisso tudo que está na natureza mesmo do capital. Todos os capitalistas agem em função de seus interesses egoístas. Contrariamente ao que crêem os liberais ingênuos, se cada um persegue seu interesse privado, isso não produz de modo algum o melhor resultado, o equilíbrio ideal para a sociedade. Mesmo para a burguesia. Mas eles não têm escolha. Eles não podem agir contra seus próprios interesses.

A mundialização, a globalização dos capitais e dos mercados financeiros que se produziu pela primeira vez, e que é apenas o reflexo da aparição de empresas que produzem em múltiplos países, deu ao "crash" proporções gigantescas. Isso tem consequências imediatas do ponto de vista da produção. Se uma dessas grandes empresas, em seguida ao "crash" perde pé, vai a falência, isso vai se traduzir imediatamente em demissões massivas, em fechamentos que vão propagar-se de país em país. Esse é um risco real.

Os efeitos do "crash" da Bolsa para o "terceiro-mundo" são contraditórios. A curto prazo, a queda do dólar suaviza o serviço da dívida. Mas, a médio prazo, o efeito é negativo na medida em que anuncia e desencadeia a recessão nos EUA.

Para resumir. A cadeia se rompeu no seu elo mais fraco: a Bolsa. Os elos sucessivamente ameaçados são agora: as grandes casas de corretagem; alguns grandes bancos; alguns Estados — não somente nos países do terceiro mundo — à beira da falência; o dólar; algumas grandes multinacionais ameaçadas da bancarrota; o sistema de segurança social minado por falta de recursos financeiros. As ameaças que pesam sobre o emprego, o poder de compra, os investimentos sociais são, portanto, muito precisas neste quadro da recessão prevista.

IV - A revolução alemã

A traição da maioria do Partido Social-Democracia levou a ofensiva revolucionária no coração da Europa à derrota. Com ela, estaria afirmado por longos anos o isolamento da revolução russa e a estabilização capitalista no continente.

A revolução, afinal, chegara à Berlim. Os trabalhadores "ocuparam os quartéis e todos os edifícios públicos. Na multidão compacta que enche as ruas, uma grande quantidade de mulheres. Ocorrem cenas de violência nas quais morrem quinze operários. Os soldados detêm os poucos oficiais que ordenaram fogo contra os manifestantes e estes não vacilam em arrancar-lhes as dragonas e inclusive lhes cospem no rosto. O chefe da polícia, Von Opiel solicita, através de telefone ao Partido Social-Democrata Independente, o envio imediato de alguém a quem o poder possa ser transferido. A prefeitura se acha cercada pela multidão que entra em conflito com os agentes da polícia. Apresenta-se Eichorn: "sou o novo chefe da polícia". Após a saudação respeitosa dos agentes de polícia, vai ao interior do prédio, onde é recebido com entusiasmo pelo pessoal subalterno, cujos superiores acabaram de fugir"(1) O rei tinha abdicado. O seu primeiro ministro, renunciado. Ebert, dirigente máximo do Partido Social-Democrata, é nomeado primeiro ministro. A I Guerra tinha terminado e a República foi proclamada. Karl Liebknecht, dirigente do grupo Spártaco, apela à constituição de um governo dos conselhos de operários e soldados e à aliança com a revolução bolchevique.

Sem dúvidas, afinal, a revolução chegara a Berlim. Ela estava nas ruas era dia 9 de novembro de 1919.

Um partido que se degenera

O Partido Social-Democrata foi criado, na Alemanha, em 1869. Cresceu muito rapidamente. O amplo desenvolvimento do capitalismo no país leva a proletarização das artesões e dos camponeses, e estes levam aos sindicatos e ao PSD suas concepções. O PSD deixa, então, de ser um partido exclusivamente operário e dá lugar a novos setores. Por outro lado, o desenvolvimento do imperialismo cria a necessidade de operários especializados por parte das empresas monopolistas relacionadas mais diretamente com a expansão imperialista, uma categoria especial de operários a que Lenin chamou de "aristocracia operária". Diz Lenin, em o Imperialismo, fase superior da capitalismo: "o imperialismo, que significa a repartição do mundo e a exploração

(...) implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países riquíssimos, cria a possibilidade econômica da corrupção de capas superiores do proletariado e com ele nutre, dá forma, reforça, o oportunismo". São criadas assim as bases para um processo de degeneração do PSD.

O Partido vai ficando com duas alas autonomizadas: a sindical e a parlamentar, ambas, cada vez mais, conservadorizadas. Desenvolvem-se as idéias revisionistas, que diziam que seria possível, a partir de uma maioria eleitoral impor mudanças a partir do parlamento. "Para isso, não bastava o apoio do movimento operário: fazia-se necessário atrair setores importantes do eleitorado procedente do campo e da pequena burguesia urbana. Isso fez com que fossem moderados os objetivos do programa partidário" (2). Rosa Luxemburgo afirma, em Revolução e Contra-Revolução, que "a corrente oportunista teoricamente formulada por Bernstein não é outra coisa que uma oculta tendência a assegurar no partido a supremacia dos recém chegados elementos pequeno burgueses, pretendendo amoldar ao seu espírito a prática e os fins do partido".

O PSD, em 1912, já era o partido mais forte do Parlamento. Tinha 4,25 milhões de votos, 34,7% do total, elegendo 110 deputados. A Confederação Geral Operária contava em suas fileiras cerca de dois milhões de filiados. Em 1914, agrupava cooperativas, revistas e noventa jornais diários. Movia um capital de ordem de 21,5 milhões de marcos e empregava 3.500 militantes nos aparelhos sindicais e partidários.

Tinha, realmente, se transformado em um partido muito forte. Só que, também, em um partido majoritariamente orientado por idéias revisionistas, reformistas.

Direita, centro e esquerda

Aproxima-se a guerra. A II Internacional, organização a qual se filia o PSD Alemão, ante essa iminência faz "uma convocação à classe operária para que lutasse contra ela e para que utilizasse a crise do sistema capitalista para a realização de seus objetivos revolucionários" (3). O PSD, no entanto, mantém uma relação muito estreita com o Estado e setores não operários e, inclusive por isso, está dominado ideologicamente por idéias re-

formistas. Termina sucumbindo à onda nacionalista impulsionada pela burguesia e, no parlamento, vota os créditos militares, que permitem à burguesia se preparar militarmente para a guerra. Apenas Karl Liebknecht vota contra. Não o deixam falar e, até mesmo, o agridem fisicamente.

Surge uma dissidência de esquerda no PSD. Fazem parte dela Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Mering, Clara Zetkin, entre outros. Spartaco é uma corrente revolucionária e, logicamente, internacionalista. Participa do Congresso de Zemmerwald, junto com revolucionários de vários países, entre eles Lenin e Trotsky a qual considera que "a tarefa do momento deve consistir em praticar a luta de classes contra a guerra e impor a paz pela vontade das massas".

O grupo Spártaco chama a realização de uma greve geral na Alemanha, mas as direções sindicais são contra. Essas direções fazem parte da direção reformista do PSD. A greve então é derrotada. O grupo Spártaco avança na campanha revolucionária, na denúncia à traição da direção reformista. Karl Liebknecht termina sendo expulso do bloco parlamentar do PSD. A direção do PSD, junto com a polícia da burguesia, perseguem à esquerda. A crise social vai aumentando e outras manifestações são realizadas contra a guerra. Em uma delas são presos Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. As massas, dessa vez, no entanto, não se deixam abater. São organizadas manifestações populares em solidariedade aos dois dirigentes revolucionários.

Com o desenvolvimento da crise no PSD, surge uma outra corrente em oposição a maioria direitista, caracterizada como "centro", que, também, vai se transformar em uma organização separada, em janeiro de 1917 essa corrente é expulsa do PSD. Em abril, as duas dissidências fazem uma conferência e criam o Partido Socialista Independente, que termina, devido as divergências internas agudas entre as duas correntes formadoras, não funcionando como um partido unido. O grupo Spártaco continua a funcionar separadamente.

Crise social aguda

A guerra deteriora a situação interna do país. A crise econômica explode violenta-



Manifestação espartaquista na Alemanha, 1919

Como conter a revolução

mente e, na sua esteira, surge uma crise social ampla e profunda. Greves acontecem em todo o país. São muitos milhares de trabalhadores em luta, em defesa das suas condições de vida mínimas. A Revolução Rusa é vitoriosa nesse período. Torna-se uma referência, um polo de atração, para muitos trabalhadores. "Queremos pão, liberdade e paz", é a palavra de ordem do grupo Spártaco.

A crise social expressa-se também, fortemente, entre os militares. Os marinheiros, estabelecem contato com o PSI, os "centristas", realizam greves e formam "conselhos".

A crise revolucionária vai amadurecendo. Novas greves, "comitês de ação", sentimento antibélico, incapacidade da burguesia e do rei em darem saída para a situação. O grupo Spártaco conclama à revolução, e, em janeiro de 1918, desencadeia-se uma greve de 500 mil operários em Berlim, que termina por se ampliar por várias outras cidades importantes. É a crise geral do regime. A repressão é dura. O exército intervém diretamente. As direções sindicais e a direção reformista do PSD fazem todo os esforços para acabar com a greve.

A greve chega ao fim, mas a crise social é mais aguda que nunca. E, novos motins, novas greves vão surgindo. O regime vai caindo aos pedaços. Vai sendo derrubado por greves e motins. As direções reformistas, dos sindicatos e do PSD, apesar dos seus esforços, não conseguem deter o processo. E chega 9 de novembro. A revolução está nas ruas.

No dia 10 de novembro já existiam cerca de dez mil conselhos de operários e soldados. "Todo o poder para os conselhos", é o grito das ruas. Era a palavra de orientação da esquerda. E isso amedrontou a reforma e o centro. Ebert, dirigente do PSD, ao assumir o poder chama os trabalhadores para terminar com a revolução, já que seu governo seria "popular". "Peço-lhes que abandonem as ruas. Cuidem da tranquilidade e da ordem!", diz Ebert. Os espartaquistas dizem: "nós pedimos, pelo contrário, que ninguém abandone as ruas e que todos permaneçam armados e alertas".

O aparato sindical tinha, contudo, continuado nas mãos "da direita", nas mãos do PSD. E, já no dia 15, esses dirigentes sindicais fazem um acordo com os patrões, tendo como base "conseguir" reivindicações econômicas que, de fato, já tinham sido conquistadas pelos trabalhadores em luta. Era apenas mais uma fórmula usada pelos reformistas para trair a revolução.

Revolução e Contra-Revolução

O PSD faz um acordo com o PSI, que logo depois é rompido. A burguesia, ao mesmo tempo, provoca os revolucionários a lançarem uma insurreição em condições desfavoráveis.

Os espartaquistas, junto com vários grupos regionais, formam o Partido Comunista, em 29 de dezembro de 1918.

Tragicamente, no entanto, com uma orientação contrária à proposta de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, que viam que embora o capitalismo estivesse em crise profunda, havia um movimento no sentido da consolidação da República. Tratava-se, portanto, de se organizar e se preparar para momentos mais oportunos.

A orientação majoritária no Congresso foi esquerdista, foi de lançar, já em janeiro, a insurreição. Lenin diz que "... um incrível amargo ódio ao oportunismo da velha social democracia alemã e este ódio — o sentimento mais nobre e maior dos melhores homens da massa oprimida e explorada — cegou as pessoas, impedindo-as de raciocinar com serenidade e elaborar uma estratégia correta para responder à estratégia dos capitalistas da Entente, que estavam armados, organizados e instruídos pela "experiência russa" e apoiados pela França, Inglaterra e América do Norte: este ódio os empurrou a uma insurreição prematura." (4).

Com isso a burguesia, com todo apoio do PSD, lançou uma brutal ofensiva contra os trabalhadores, na qual "dezenas de milhares dos melhores homens da Alemanha, seus operários revolucionários, foram massacrados e torturados pela burguesia", como analisou Lenin. Toda essa ofensiva contou com a participação decisiva do PSD.

Entre as conclusões fundamentais desse processo revolucionário temos o fato de que a direção reformista do PSD prometera a "socialização"

nos marcos da democracia e da legalidade, quando instauraram a República. Dezenas de anos de política reformista, em que a direção do PSD e dos seus sindicatos podiam apresentar conquistas sociais e econômicas tiveram repercussão entre a massa.

Apresentavam-se, então, quando da crise revolucionária, de um lado, essas direções reformistas prometendo "socialização" nos marcos da democracia e da legalidade e, do outro, a esquerda dizendo que a saída era a revolução social, e apresentando a insurreição como forma da luta. O processo demonstrou que a vanguarda revolucionária não contava, nesse momento, com as grandes massas, e lhes faltavam um partido revolucionário com tradição. Diz Lenin, "quando se produz a crises, o operários alemães não tinham um autêntico partido revolucionário, devido ao fato de que a divisão se produziu demasiado tarde e devido ao peso da maldita tradição de "unidade" com a venal" ... "e covarde" social democracia, "bando de lacais do capital". (5).

Obras citadas

1 — Gilbert Badia. *História da Alemanha Contemporânea*. Buenos Aires, editoril Futuro, 1964.

2 — Perla L. Haimovich, *Rosa Luxemburgo e a Revolução Espartaquista*

3 — Juan C. Zeppa, *A social-democracia alemã: Reforma ou revolução*.

4 — Lenin. *Obras Completas, Tomo 35 (março-novembro de 1921)* Madri, Akal Editorial.

Rosa Luxemburgo: ao lado de Karl Liebknecht, a principal dirigente espartaquista, assassinada em janeiro de 1919



O desbloqueamento chega à CUT

A realização dos Congressos da CUT em Minas Gerais e na grande São Paulo, demonstraram já uma reversão (ou as possibilidades de reversão) da dinâmica de luta interna que se instaurou na CUT praticamente desde junho do ano passado.

A reconstrução da CUT mineira...

Desde o último Congresso — que ocorreu em abril do ano passado — não havia direção na CUT estadual de Minas Gerais. O congresso anterior chegou o final com os setores cutistas divididos e uma direção incapaz de levar adiante as tarefas de construção da CUT, tanto que a Direção Nacional passou a reconhecer no estado uma comissão formada por seus membros mineiros.

Participaram do Congresso 1002 delegados (contra 730 em abril de 86). Também é neste Congresso que são sedimentadas vitórias eleitorais do período, em particular a dos bancários de Belo Horizonte. Outro dado importante é a participação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, ligada à CON-

TAG, que participou na qualidade de observador. Isto revela a falência do projeto da CGT em Minas Gerais.

Contudo, um dos principais sinais dos avanços internos se deu na eleição da direção. A chapa majoritária, composta por setores das diretorias dos professores e telefônicos, bancários e marceneiros, metalúrgicos de Belo Horizonte, gráficos e eletricitários, obteve 86,6% dos votos. A chapa minoritária, que obteve 13,4% e não chegou a alcançar os 20% estatutários foi formada pela direção dos plásticos e setores minoritários de bancários e metalúrgicos. A presidência da CUT mineira ficou com Fernando Cabral, da União dos Trabalhadores do Ensino — UTE — de MG.

...e o reforço da CUT/GSP

O congresso da CUT da grande São Paulo foi outra lição de que é possível fortalecer a unidade cutista. Depois de passar por um ano de muitos problemas na greve geral de 12 de dezembro passado, a derrota dos metalúrgicos e da greve geral de 20

de agosto) e de não ter conseguido consolidar uma direção que unificasse o movimento sindical da região, este congresso teve como um de seus principais objetivos a construção desta direção, dar os passos iniciais neste sentido, permitindo enfrentar os desafios colocados na cidade de São Paulo, particularmente o de superar o boicote cerrado empreendido por Luiz Antonio e Magri às lutas dos trabalhadores.

Foram apresentadas duas chapas: a primeira englobando as direções dos sindicatos dos plásticos, químicos, coureiros, químicos de Osasco, setores do Movimento de Oposição metalúrgica entre outros e a segunda envolvendo as direções de bancários, professores e médicos entre outros.

Apesar das divergências, conseguiu-se construir um Congresso bastante unitário, num clima que permitiu o debate de antigas questões e que chegou ao seu final com um importante patamar de unidade construída.

Foi eleito o metalúrgico Francisco de Souza — o Chico Gordo — para a presidência.

Na força das greves as debilidades do movimento

Os dois quadros apresentados na página 12 revelam duas características principais, que se acentuaram neste ano: por um lado a menor duração das greves e o maior peso do setor público no total de grevistas.

Se fizermos uma média entre o número de horas paradas e o total de grevistas nos dois últimos anos, obteremos que cada mil grevistas em 1986 paralisaram suas atividades por 6 horas, enquanto

neste ano de 1987 a paralisação foi de 4 horas. Outro dado é que os principais picos de greves se deram no meio do segundo semestre de 1986 (deterioração do Plano Cruzado) e nos últimos quatro meses do primeiro semestre deste ano (agravamento da crise econômica, com acentuadíssimo peso do setor público).

Se a tendência de diminuição de duração das greves já era observada neste período,

merece uma análise à parte o peso do setor público. Neste ano, no período analisado, em apenas dois meses o setor privado tem um peso maior que o público (em fev. e março). Contudo, se levarmos em conta que em março houve a greve dos bancários — com a paralisação de cerca de 700 mil bancários — confirma-se o dado apresentado em nossa análise da greve geral, em que o peso do operariado nas greves deste ano foi bastante reduzido.

Conselho Editorial: Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.180, fone 226-0646; **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.210 — Fone: 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; **João Pessoa:** Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; **Recife:** Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Cardeal Arcoverde, 2958 — Pinheiros — São Paulo — SP.

O difícil ano de 1987

Em 1987 o movimento sindical passou por uma série de dificuldades, que começaram a ter sinais de superação apenas nos meses finais. Contudo, manteve-se o fortalecimento da CUT e já se coloca à derrota no projeto da CGT.

Américo Bernardes

Um balanço do movimento sindical neste ano de 1987 começa, na verdade, no final do ano passado com a realização da greve geral de 12 de dezembro, deflagrada em função das medidas baixadas pelo governo logo após as eleições de 15 de novembro.

A greve de 12 de dezembro procurou criar condições para que o movimento barrasse a política econômica que vinha sendo gestada. A política econômica vai ter sua crise principal no primeiro semestre deste ano, quando o governo decreta sua moratória técnica, a inflação atinge níveis jamais vistos no país e assume o novo ministro da fazenda, Bresser Pereira.

Se durante o ano de 1987 o governo teve muito mais dificuldades de organizar uma ofensiva contra o movimento operário (inclusive o próprio tema do pacto social esteve em baixa) com o agravamento da crise política na Constituinte, a piora das condições gerais da economia etc, não havendo nenhuma atitude do porte das verificadas no ano passado, é também neste ano que se revelaram de forma mais aguda os problemas que o movimento sindical tem acumulado, em particular a questão do desgaste das direções combativas.

Em 1987, acentuou-se a dinâmica vivida pelo movimento sindical no ano anterior: a combinação de um número muito grande de greves com uma dificuldade cada vez maior de unificar setores do movimento em torno de lutas comuns. Além disso, também se aprofunda a característica de greves mais curtas e o peso do setor público é maior que em outros períodos, revelando uma crescente dificuldade de resposta à crise nos grandes centros da luta de

classe no Brasil, particularmente no interior da classe operária. Das greves nacionais realizadas, sem dúvida a de maior importância foi a dos bancários no primeiro semestre quando, depois de 9 dias de greve, a categoria voltou ao trabalho sem obter uma vitória que permitisse a detonação de todo um ciclo de lutas que poderia ocorrer no primeiro semestre.

A estes vários elementos que aparecem em uma análise objetiva do caminho percorrido pelo movimento sindical no primeiro semestre, devem ser agregadas duas questões fundamentais: a luta interna no interior da CUT e a derrota nas eleições do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo.

Mais três anos com a pelegada...

A derrota da CUT nas eleições do sindicato dos metalúrgicos da capital paulista em maio/junho deste ano apresenta a manutenção de um forte impedimento para a implantação da central na grande São Paulo, bem como representa a bóia de salvação na qual se pendura o projeto CGTista. A vitória de Luiz Antonio coloca novos desafios para o movimento sindical classista que se agrupa na CUT, pois se trata de um dirigente sindical que parte para a ofensiva contra o polo cutista, utilizando-se de um discurso de mobilizações, lutas etc. Na verdade, a postura ofensiva de Luiz Antonio não durou muito tempo. Num país como o Brasil, um projeto como o de Luiz Antonio depende da capacidade de concessão da burguesia, e numa situação de crise como esta a burguesia muito depressa pode abandonar seus aliados. Mas este não parece disposto a abandoná-la, como se viu recentemente nos episódios da Constituinte, nos quais Luiz Antonio aparece como "área sindical do Centro".

Apesar de em muitos momentos o balanço sobre as eleições dos metalúrgicos ter sido conduzido mais no sentido do acirramento da luta interna na CUT, uma exigência se colocou desde os primeiros momentos: a organização de uma oposição cutista unificada, que começou a dar seus primeiros passos já no segundo semestre, mas que ainda está muito aquém das necessidades de intervenção no movimento sindical metalúrgico da capital.

... e chegou agosto...

O balanço das greves apresentado na página seguinte fornece um quadro das dificuldades que estavam presentes na organização da greve geral (que foi inicialmente convocada para o dia 15 de julho — um mês após a decretação do plano Bresser —, depois adiada para o dia 12 de agosto e finalmente confirmada para 20). A derrota nas eleições dos metalúrgicos e as dificuldades das campanhas salariais nos principais centros do movimento sindical exigiam uma direção muito mais coesa, que conseguisse relacionar de forma mais elara a luta contra o programa econômico e a luta contra o governo Sarney — unificada na bandeira das diretas-já.

Além desta dinâmica objetiva, havia ainda o recrudescimento da luta interna na CUT, que se manifestou principalmente nos Congressos Estaduais que se realizaram no mês de agosto.

A derrota do movimento sindical na greve geral de 20 de agosto foi o sinal mais evidente de todos estes problemas, colocando-o na perspectiva de assumir uma trajetória de acúmulo de forças, a fim de criar as condições para uma nova ofensiva global, num momento de agravamento da crise da economia internacional.

Já nos meses de outubro e novembro

começam a se apresentar os primeiros sinais de superação destes problemas. As campanhas salariais deste período chegam a conquistar índices muito acima dos que Bresser propunha — em torno de 50% quando a proposta do governo era não mais que 10%. Desta forma, a disposição de luta dos trabalhadores e a manutenção da dinâmica de lutas conseguiu, em alguma medida, barrar o arrocho pretendido pelo plano Bresser. Também no que diz respeito à situação interna da CUT houve avanços. Os Congressos realizados no final do ano (em particular os de Minas e da grande São Paulo) mostraram que há um grande patamar de unidade no campo cutista, a partir do qual pode-se construir direções que sejam capazes de responder aos desafios colocados.

Finalmente, um dos últimos elementos deste ano e que certamente terá fortes conseqüências no próximo, é a derrota do projeto CGTista. Neste ano a CUT venceu várias eleições sindicais (sendo que a mais importante foi a dos metalúrgicos do Rio de Janeiro). O único sindicato no qual havia uma direção cutista e que foi derrotado foi o dos bancários de Porto Alegre, apesar da chapa vitoriosa não ser identificável com o projeto da CGT. Porém, mais do que um ano de vitórias eleitorais, começa a surgir o questionamento do próprio projeto em setores que sempre tiveram um papel importante na construção da CGT: os setores reformistas ligados aos PCs e à CONTAG. A continuidade desta dinâmica poderá, neste ano — no próximo Congresso Nacional da CUT — apresentar uma situação distinta no processo de construção da CUT, com o possível ingresso do reformismo. Esta situação exigirá uma nova resposta, que terá na organização do setor sindical do PT um de seus principais elementos.

participação nas greves por setor — ano 1987

mes	setor público				setor privado			
	greves	%	grevistas	%	greves	%	grevistas	%
jan	15	24	89.876	54	47	76	76.637	46
fev	36	25	200.127	35	109	75	368.336	65
mar	45	33	712.535	44	93	67	899.605	56
abr	47	42	1.684.960	86	65	58	279.291	14
mai	53	55	1.732.677	94	44	45	113.059	6
jun	47	64	978.253	75	26	36	326.443	25
jul	25	57	720.360	79	19	43	190.572	21
ago	22	49	232.853	71	23	51	95.915	29
set	31	49	559.000	56	32	51	433.722	44
out	29	48	370.801	72	31	52	145.386	28

Veja a análise do quadro das greves na página 11

Quadro comparativo — greves nos anos 1986 / 87

mês	1986			1987		
	greves	grevistas	horas paradas	greves	grevistas	horas paradas
jan	38	92.484	1.344	62	166.513	2.146
fev	34	96.736	1.192	145	568.463	5.281
mar	52	240.200	1.024	138	1.612.140	5.665
abr	117	355.920	3.048	112	1.964.251	6.761
mai	127	704.510	4.328	97	1.845.736	5.830
jun	101	646.090	5.552	73	1.304.696	5.872
jul	234	959.453	11.432	44	910.932	2.191
ago	171	673.692	8.552	45	328.768	2.324
set	94	2.384.601	4.136	63	992.722	1.576
out	99	1.479.122	6.133	60	516.187	2.117
Total	1.067	7.632.808	46.741	839	10.210.408	39.763

fonte: DESEP/CUT-SP